

O processo de criação de uma “gramática glocal de Direitos Humanos”, a partir da luta contra o assédio sexual no Cairo, Egito.¹

RENATA MOREIRA FONTOURA
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói , RJ - Brasil

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo problematizar a criação de uma “gramática cultural transnacional de direitos humanos” no Cairo, Egito, a partir da luta da Sociedade Civil contra o assédio sexual no país. Por meio de minha experiência de sete meses de etnografia realizada na ONG Harassmap, procuro enfatizar a posição moral do antropólogo em exercício da pesquisa e evidenciar a capacidade da disciplina antropológica de problematização e análise dos Direitos Humanos para se pensar a produção de diferentes formas de violência e do conceito de gênero.

Na medida em que as sociedades criam fronteiras culturais entre formas aceitáveis ou não de violência, a Antropologia nos oferece uma abordagem capaz de pensar como a violência de gênero é produzida e contextualizada. Ao olhar os Direitos Humanos adaptados em termos culturais locais e recriados criativamente em “direitos vernaculares” (MERRY, 2006), procuro entender esses limites culturais borrados e construídos pelos indivíduos através das performances, em uma contínua relação de manipulação entre ator-audiência.

Assim, o estudo dos Direitos Humanos, em processos de globalização, traria uma “etnografia desterritorializada de fenômenos sem lugar” (MERRY, 2006). O pesquisador assim, se tornaria um agente dessa troca transnacional, não sendo possível uma “não atuação” ou um distanciamento moral, entre um “relativismo cultural ou um universalismo”, pois suas posições se entrelaçariam a todo o momento. Portanto, a apropriação local dos discursos de direitos humanos e o papel moral do antropólogo, devem ser pensados como dinâmicos e em processo.

Além disso, as ONGS que trabalham em rede, com o “referencial de direitos humanos”, através da linguagem jurídica do assédio sexual, passam a conectá-lo à falta de direitos e a ser entendido como passível de remediação através dos dispositivos legais. Assim, a categoria de vítima, acaba legitimando as demandas por direitos e passa

¹ “Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.”

assim, a fazer parte dos direitos humanos transnacionais. Por meio de um processo de “emaranhamento glocal contínuo” e da judicialização do conceito, promovem a modificação das subjetividades locais (SLENES, 2014a).

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Assédio Sexual, Egito

Introdução

Em agosto de 2008, a ONG ECWR, lança o seu primeiro relatório sobre a violência de gênero no Cairo, Egito e evidencia pela primeira vez o fato de o assédio sexual no país ser um problema vivenciado diariamente pelas mulheres, contribuindo ainda, para a queda do turismo no país, por conta da violência existente. Dessa forma, buscavam apoios dos ministérios, para solucionar o problema.

O relatório “Clouds in Egypt Sky – Sexual Harassment: from verbal harassment to rape” (ECWR, 2008), foi bastante crítico com relação ao fato de as pessoas na rua culparem a “vítima” pelo assédio sofrido, ao invés do assediador, pelo uso de justificativas ancoradas na vestimenta ou na ausência do véu. Este estudo mostrou a existência do problema através de dados estatísticos, problematizando o fato de 83% das mulheres egípcias e 98% das estrangeiras já terem sofrido assédio sexual no país, mostrando que as formas de assédio vivenciadas eram diversas e que não poderiam ser explicadas de forma simplista pelas vestimentas ou comportamentos femininos.

Em 2007, junto a várias organizações internacionais no país, a ECWR organizou uma palestra com o tema: “Make our streets Safer” (Tornando as nossas ruas mais seguras). Em 2008, a instituição conseguiu recolher cerca de um milhão de assinaturas, somente no Cairo, para a criação de uma lei que punisse os assédios sexuais de forma mais severa, através de uma emenda no Código Penal criminalizando-o e estipulando sanções mais severas. Objetivo que será somente alcançado, após a Revolução, em 2014.

Com o tempo, outras iniciativas da sociedade civil, foram se formando e organizando eventos nas ruas em ambiente abertos, sobre o tema da violência de gênero, tendo como foco a discussão do assédio sexual. Inúmeros casos de assédio, passaram a ser cada vez mais divulgados nas mídias e redes sociais, uma vez que as ONGs tomaram a frente das denúncias, dando apoio jurídico e psicológicos às mulheres assediadas (casos como o de Noha Rushdie, Yasmine El Baramawy, a garota do Incidente do Sutie Azul (“Blue Bra Incident”) e a repórter americana Lara Logan).

“A primeira vez, que esse assunto começou no Egito e os movimentos foram formados, foi em 2005. As coalizações de ONGs criaram um grupo para lutar contra a violência de gênero, depois do “black wednesday”. O estudo da ECWR foi em 2008, mas a coalizão foi formada antes. O grande relatório foi feito em 2005 antes desse, e foi enviada à Corte Africana de Direitos da Mulher, com vinte e quatro organizações parte, ACT, New Woman Foundation, Women and Memory e CEWLA, e a ECWR não fazia parte”.
(Ali, co-fundador do grupo Shoft Taharush, entrevista realizada em campo)

O assédio sexual no Egito e as manifestações contra os incidentes, são eventos antigos no país e desde 2005, as ONGs vêm exercendo pressão para a mudança das categorias definidoras dos tipos de violência de gênero, nos discursos estatais.

“Hoje em dia, as pessoas pensam que essa luta começou após a revolução, porque não tínhamos muita visibilidade. De 2008 a 2011, esse assunto ficou morto, as pessoas esqueceram. Mas nós, trabalhamos muito e foi assim que começamos o Harassmap, por conta disso, pois o assunto tinha morrido, depois de tanto esforço”.
(Mariam, co-fundadora do grupo Harassmap e ex-funcionária do grupo ECWR, entrevista realizada em fevereiro de 2016).

Em 2005, a ONG El Nadeem, junto a uma força tarefa de 17 ONGs e duas mil assinaturas fizeram a primeira proposta de mudança do Código Penal. Em 2008, novamente 16 ONGs, organizadas através da liderança da ONG New Woman Foundation se reuniram novamente. Em 2010, 23 ONGs, sob a liderança de Nazra e New Woman Foundation e em 2012, sob a liderança da ONG ECWR, porém sem sucesso.

“Há cinco anos atrás, quando falávamos na rua sobre assédio, eles pensavam em estupro. Percorremos uma longa trajetória e agora as pessoas entendem como assédio sexual, entendem os direitos humanos e os significados. Entendem também que a mutilação é crime, algo conquistado com o tempo. Caminhamos muito, mas ainda falta bastante.”
(Mohmood, co-fundador do grupo Deed Taharush e ex-gerente de mídias do Harassmap, entrevista feita em fevereiro de 2016).

Em 2006, após o fim do Ramadã, durante o período de feriado, nas comemorações de quebra do jejum, inúmeros casos de assédio sexual foram divulgados ao serem transmitidos nas redes sociais, por meio de vídeos, como afirma Ali, co-fundador do grupo Shoft Taharush; “eid é o feriado do assédio no Egito, sempre tem que ter.”

Em 2008 um grupo de ONGs se reuniu e formou o chamado “Taskforce on Violence Against Women” (Coalização contra a Violência contra a Mulher). O grupo El

Nadeem, New Woman Foundation entre outros grupos atuantes, se reuniram com o objetivo de falar sobre a violência doméstica, mas também sobre o assédio sexual. Esse movimento foi composto de 23 organizações para alterarem as definições de violência feitas pelo governo, no Código Penal Egípcio. Propunham uma definição mais precisa e diferenciada entre estupro (*ightsab*), assédio (*taharush*), flerte (*muaska*) e atentado à honra (*hatk ird*)².

“A lei foi alterada, mas continua insuficiente, por conta da palavra intenção sexual, como provar isso? O atentado à honra, continua sendo usado indiscriminadamente e além disso, na lei o estupro não inclui o sexo oral ou anal”.

(Maha, funcionária da ONG Nazra, entrevista realizada em campo).

A Primavera Árabe e a Revolução Egípcia de 2011

O ápice da visibilidade dos assédios sexuais no país, ocorreu durante os protestos de 2011, a chamada “Primavera Árabe”³, e uma das estratégias para que isso ocorresse, deveu-se a intensificação do uso de tecnologias digitais nesse período, como agentes impulsionadores da queda do então presidente Hosni Mubarak e também como um mecanismo de denúncia da violência, principalmente aqueles cometidos por forças policiais contra civis⁴, durante as manifestações.

“Para mim, antes do relatório da ECWR, os grupos El Nadeem, New Woman Foundation, já falavam sobre assédio. Após a revolução, muitos grupos surgiram querendo trabalhar com assédio e isso virou importante. Após a revolução, eles se multiplicaram. O caso da menina em 2008, também contribuiu bastante nessa visibilidade”.

² Em 2014, inúmeras emendas foram realizadas no Código Penal e o artigo 306, referente ao assédio sexual foi modificado, melhor definido e sua pena incrementada. Antes da mudança, grande parte dos casos de assédio sexual (verbal ou toques), assim como o da personagem, eram sentenciados como atentados à modéstia ou honra (“*hatk ird*”) e após passaram a ser definidos pelo termo “*taharush el ginsi*”, assédio sexual ou de sexo, dando uma maior precisão às denúncias.

³ A Revolução Egípcia foi desencadeada pelas manifestações que vinham acontecendo em outros países do Oriente Médio, a chamada “Primavera Árabe”, tendo seu início na Tunísia. Em 25 de janeiro de 2011, inúmeros protestos pediam a saída do presidente Hosni Mubarak no Egito e em 11 de fevereiro de 2011 ele deixou o cargo. Após as manifestações no Egito, inúmeros outros países começaram a se manifestar, como a Líbia e Síria, com reivindicações diferenciadas. As Forças Armadas assumem o poder e em 13 de fevereiro de 2011 dissolvem o Parlamento e suspendem a Constituição. A primeira eleição parlamentar ocorre em 28 de novembro de 2011. Em junho de 2012, Mohamed Morsi, membro da Irmandade Muçulmana assume o poder e em 03 de julho de 2013 é retirado pelos militares. Adly Mansour, chefe da Suprema Corte Constitucional assume como presidente interino e muitos membros da Irmandade são sentenciados à morte. Em 18 de janeiro de 2014 uma nova constituição é instituída. Em 26 de março de 2014, Abdel Fattah el-Sisi, chefe das forças armadas decide se candidatar a presidente e assume o poder em 08 de junho de 2014.

⁴ O caso de Khaled Said foi bastante divulgado nas mídias digitais, no início da Revolução, através de uma página no facebook “We are all Khaled Said” (Todos somos Khaled Said). Khaled foi torturado e morto pela polícia egípcia, evento propulsor das manifestações contra o governo que ocorreram posteriormente, durante a Revolução. Vários eventos e manifestações nesse momento, passaram a serem organizadas pelas redes sociais.

(Huda, advogada do grupo CEWLA, entrevista feita em fevereiro de 2016).

A partir da Primavera Árabe, muitos casos de assédio sexual mais severos passaram a ocorrer, os chamados “círculos de inferno” ou “*Mobb Attacks*”, que muitas vezes deixavam de ser entendidos como assédios pelo seu nível de gravidade, passando a serem denominados de estupros coletivos. Eventos que ganharam cada vez mais atenção no Egito e no mundo, ao serem colocados vídeos e fotos na internet, impossibilitando a negação dos incidentes. Fato esse, que contribuiu para evidenciar cada vez mais, a violência exercida também por funcionários do governo ou grupos milicianos organizados, para assediarem as mulheres na Praça Tahrir (“*Batalgia*” ou milicianos) (ILAH, 2009).

A presença feminina nos protestos de 2011, desencadeou uma série de discussões locais e globais sobre o papel da mulher egípcia nas manifestações e sua capacidade de agenciamento. A mídia, que fazia a cobertura dos eventos da Praça Tahrir, por sua vez, deu muita ênfase na imagem feminina como agente deste processo de mudança, mas que com os recorrentes casos de assédio, estariam sendo impedidas de protestar e irem às ruas, frente a violência cometida pelos “homens árabes”. Assim, a Praça Tahrir passou a se apresentar como um espaço vibrante e foco das manifestações, mas também, local disseminado dos assédios.

Em conversa com Karima, co-fundadora do grupo de intervenção contra assédios Tahrir Boydgard e do grupo formado posteriormente Dignity without Borders, as mulheres tiveram um papel restrito nas manifestações, “eles realmente queriam silenciar as mulheres, pois tiveram um forte papel na revolução, mas eles queriam tirá-las. Quanto maior foi a resistência delas, maior foi a violência cometida sobre elas”. Fato esse, que contraria por exemplo uma das resoluções desenvolvidas pelas Nações Unidas, as quais os Estados membros devem incorporar internamente. Na Resolução 2122 (2013) do Alto Comissariado das Nações Unidas, é reforçado o papel da mulher nos processos de transição política, e o acesso à justiça, dessa forma, as reparações às vítimas são essenciais no empoderamento e participação destas nas decisões do conflito.

O foco na chamada “2ª Revolução⁵” foi a luta não somente contra a polícia, mas também contra os militares e os abusos de poder cometidos pelos representantes governamentais e também os grupos milicianos, contra as mulheres. Em 9 de março de 2011, Samira Ibrahim foi presa por participar da passeata do Dia Internacional das Mulheres, sofrendo teste de virgindade na prisão⁶. Destaco também, o caso de grande repercussão de Yasmine El-Baramawy, que durante as manifestações de 2013, foi assediada e “estuprada” com garfos e facas por inúmeros homens, ficando totalmente despida no meio da manifestação (ILAHI, 2009).

De acordo com Fatima Ali (2013), a revolução de 2011, levou a um “*self-organizing*” dos movimentos civis que já existiam no país, chamado por ela de “redes estruturadas”, impulsionados inicialmente pela criação do grupo Kifaya⁷ em 2005 e bastante atuante também durante a revolução.

Após os incidentes de Samira e Yasmine, um grupo de mulheres, chamado “Sitt al-banat”, organizou uma passeata contra o assédio, em novembro de 2011, que reuniu cerca de 10.000 pessoas com o seguinte slogan: “*The women of Egypt are a Red Line*” (As Mulheres Egípcias são a Linha Vermelha). Essa mensagem acabou servindo como um lema dos protestos durante a Revolução Egípcia. Em dezembro de 2011, no mesmo período da ocorrência do “*Blue Bra Incident*” (Incidente do Sutiã Azul), o grupo novamente organizou uma nova passeata, em decorrência do fato, com o seguinte lema: “*Egypt’s women are not to be stripped!*” (As mulheres Egípcias não são para serem despidas!). Posteriormente, em 2011, os movimentos civis egípcios, com vários grupos que trabalham com o assédio sexual, organizaram a campanha, que acontece anualmente “*16 days of activism against sexual violence*”⁸ (16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero).

⁵ A 2ª Revolução é caracterizada pela retirada de Mohamed Morsi do poder, seguido do governo interino de Adly Mansour, então presidente da Suprema Corte Constitucional Egípcia, assume o poder durante o período de transição, para que um novo governo fosse eleito posteriormente.

⁶ Os testes de virgindade são cometidos pelo exército e bastante condenado pelas ONGs no Egito. Os militares alegam ser indispensáveis, para defender o Estado de possíveis alegações de estupro contra a pessoa presa.

⁷ O grupo Kifaya foi criado para fazer oposição a possível tomada de poder do filho de Hosni Mubarak, Gamal Mubarak. O movimento se organizou durante o referendo das reformas constitucionais para as eleições de 2005, organizando inúmeros protestos durante a revolução e após ela.

⁸ Nessa campanha que acontece anualmente, várias organizações se reúnem no mundo todo, para irem as ruas conscientizar a população sobre o assunto da violência de gênero, além de organizarem inúmeros eventos e reuniões para discutirem o problema. Cada

Esses tipos de violências cometidas pelos agentes do Estado contra as mulheres, e a negligência do Estado Egípcio para evitar que elas aconteçam, vai de encontro as proposições internacionais, das quais o Egito vem se comprometendo através da sua ratificação as diversas convenções. Na Resolução 1960 (2010) das Nações Unidas, é reafirmado o fato de que a violência sexual quando cometida como tática de guerra contra a população civil, pode tomar grandes proporções durante os conflitos, o que impede a restauração da paz e a segurança internacionais. Para isso, os Estados devem tomar medidas severas de punição, para que a violência não seja usada para humilhar, dominar, instalar o medo e dispersar o grupo. Definindo esse tipo de violência, como um crime de guerra e contra a humanidade: genocídio (ONU Femmes, 2012).

É nesse campo⁹ de disputas e embates acerca de categorizações definidoras dos diferentes tipos de violência de gênero, tendo como foco principal a análise do assédio sexual pelo movimento civil cairene, que irei me focar. Sobretudo em um contexto após a Primavera Árabe e Revolução Egípcia, assim como pós governo de Hosni Mubarak

Parto das análises de Asef Bayat (1997), Sidney Tarrow (1994.; 2001) e Maha Abdelrahman (2004) para pensar os movimentos sociais e a sociedade civil cairene.

Procurando ver a sociedade civil não simplesmente como o elemento despolitizado em oposição ao Estado, percebo que as relações entre ambos os domínios se constroem mutuamente pela interação. Dessa forma, a sociedade civil não pode ser vista como um mecanismo separado de outras esferas, sendo produto e parte desses componentes. Sendo definida ainda, como o local onde o Estado opera de maneira invisível, uma vez que são nas arenas estatais, que estariam os poderes da sociedade civil, não podendo

ano, o evento internacional trata de um assunto diferenciado de violência contra a mulher e nesse ano o foco foram discussões sobre o assédio sexual.

⁹ Pierre Bourdieu (1989.;1997), entende o social dividido por campos, que possuem lógicas próprias, entendido como um campo de forças, uma estrutura que constrange os agentes neles envolvidos, um espaço de jogo (BOURDIEU, 1997, p. 165). É definido como um campo de lutas, em que os agentes atuam segundo suas posições ocupadas, conservando ou transformando a sua estrutura pelo habitus (conjunto de disposições internalizadas da estrutura). Atuação essa que estrutura e é estrutura por ela. Esses campos são marcados por processos de diferenciação social, espaços estruturados de posições (BOURDIEU, 1989, p.133). Cada campo é estruturado por tendências imanentes do campo (BOURDIEU, 1997, p.170) e por um determinado tipo de habitus, “e o indivíduo reconhece o jogo de linguagens que se joga em cada campo” (BOURDIEU, 1989, p. 69), um estruturando o outro, o jogo e o sentido do jogo (BOURDIEU, 1997, p.184). O campo é um espaço de relações objetivas de indivíduos que competem pela dominação e todo campo vive o conflito (estratégias defensivas e subversivas) entre agentes (conservação e manutenção da estrutura), que dominam os demais pelo monopólio do capital específico do campo (simbólico, material, econômico, etc), via da violência simbólica (dominação não explícita e não evidente) (THIRY-CHERQUES, 2006).

serem vistos de maneiras separadas, por estarem em um perfeito equilíbrio, como uma forma de controle social autônomo. (ABDELRAHMAN, 2004).

Os movimentos sociais são tratados nesse trabalho, como dinâmicos e em processo. Grupos que carregam elementos de homogeneidade, individualismo e competição e são espontâneos e criados pela força da necessidade, com o objetivo de agir de forma autônoma ao Estado, transformando ações individuais em coletivas. São grupos que aproveitam momentos de crise, formando redes para a ação coletiva (BAYAT, 1997). Ao mesmo tempo, se orientam pela mesma ideia de “*frame*”, elemento que sustenta a ação do grupo, além das redes sociais densas e estruturas consensuais de atuação previamente estabelecidas. A coordenação da ação coletiva é possível mediante o compartilhamento de identidades (*frames*), animam a ação coletiva (TARROW, 1994).

A noção de *frame* (significados compartilhados que inspiram a ação coletiva), foi desenvolvida por Sidney Tarrow (1994), como um elemento essencial para o entendimento dos movimentos sociais, que para ele é o que permite que o grupo ultrapasse os obstáculos e sustentem as interações. Apesar disso, o autor, prevê que a ação coletiva pode tomar inúmeras formas: institucionalizada, disruptiva, monótona ou dramática. O autor cita a “ação coletiva controversa”, como parte desse processo, e ocorre quando indivíduos agem com novos objetivos ou desconhecem as molduras, de forma a desafiar outros. Essa atuação é o que permite a interação com os oponentes, entendida pelo autor como essencial ao movimento. Porém, somente produz o movimento social, quando os indivíduos entram em acordo, com interesses comuns (TARROW, 1994).

Tarrow (1994), partindo de uma análise do ativismo transnacional, busca entendê-lo também como um movimento social, apesar de possuir características positivas e negativas, pela dificuldade no estabelecimento de conexões entre os membros, e na dificuldade da construção de pontes, além deste tipo escapar da estrutura dos movimentos, devido as clivagens nacionais. As identidades coletivas são entendidas como indispensáveis a existência de movimentos sociais e ações coletivas, apesar disso, o autor entende que haveriam elementos globais compartilháveis nesse ativismo transnacional. Permitindo pensar a ação coletiva para fora da territorialidade, como até então os movimentos sociais vinham sendo pensados, estando abertos ao encontro e embate de outros atores, fora do Estado Nacional, desafiando as noções de soberania. O

ativismo transnacional não deixa de atuar localmente, na medida em que as definições de centro e periferia passam a ser descontínuas, e estes passam a domesticar o ativismo transnacional, produzindo o global no local. Apesar do macroprocesso da globalização, esses grupos terão que lidar com processos locais, na medida em que os níveis locais, nacionais e supranacionais estarão interrelacionados e fornecerão lugares alternativos de luta.

Problematizo assim, os processos pelos quais a categoria assédio sexual é construída, mobilizada, circulada e reapropriada no Cairo, via ONG Harassmap. ONG que ocupa atuante um espaço central, mais profissionalizada, funcionando como órbita dos outros grupos. Assim, discuto como as ativistas da ONG operam esta questão, numa interseção com os discursos de gênero locais e os feminismos transnacionais. Analiso a construção do assédio sexual, a partir de diferentes linguagens e gramáticas construídas no Cairo, a partir de uma interação entre o Movimento Civil Egípcio, o Estado e as Convenções Internacionais.

Para analisar os processos pelos quais as ONGs mobilizam diferentes categoriais sobre o assédio sexual, uma análise das noções de mediação cultural/"*cultural brokers*"/"*brokerage*" mostraram-se fundamentais, buscando olhar as arenas onde esses discursos de representação são construídos e interpretados, na presença de ONGs que lutam contra a violência de gênero e que passam por um processo de securitização e "*NGO-ization*" (AMAR, 2013), enquanto outras são "*NGO-ized*" (JAD, 2004) e cooptadas pelo Estado Egípcio.

Numa tentativa analítica de dar conta de explicações sobre os assédios sexuais que vinham ocorrendo no Cairo, Egito, determinados discursos acadêmicos buscavam análises generalistas, olhando para um nível mais macro do fenômeno, com discussões que buscavam justificar os incidentes através de explicações econômicas, de securitização, além de discussões acerca do patriarcado e da masculinidade.

Esse ensaio, insere-se em uma outra perspectiva, na medida em que busco um olhar de dentro, em um contexto de forte atuação e presença expressiva dos movimentos civis egípcios de luta contra o assédio sexual, entendendo as ONGs e iniciativas como mediadoras nesse processo de adaptação de um feminismo transnacional no Egito.

De acordo com Vickie Langohr (2013), os assédios na Praça Tahrir estariam associados ao pagamento de determinados homens ou milicianos, para que cometessem

os assédios, e que apesar de não quererem, por conta da recessão econômica vivenciada pelo país naquele momento, acabavam aceitando esse tipo de “serviço sujo”.

Com o esfacelamento da economia e a redução dos padrões de renda desde o período Mubarak, segundo Fatima Peoples (2011), houve um esfacelamento de toda uma visão masculina, entendido por ela como uma “perda do capital masculino egípcio” e crise da masculinidade, na medida em que os homens estariam naquele momento, incapacitados de agir conforme o sistema cultural determina. Para ela, os assédios estão relacionados a um sentimento de frustração moral e como consequência, uma dificuldade de aceitação da presença feminina na arena pública.

Helen Rizzo se insere em uma outra perspectiva, com a valorização do aspecto da masculinidade como algo fluido e com descontinuidades, colocando o homem como visível e buscando retirar a culpa pelos assédios num outro distante, homogêneo e estigmatizado: homens do interior, pobres ou sem estudos. Em conversa com a autora, a mesma procura evitar a utilização de práticas discursivas essencializadoras e ahistóricas; “usam todo o tipo de discurso, para colocar os assediadores como outros, não parte do grupo. São pessoas do interior, com poucos recursos financeiros, enfim pessoas de outro mundo. Eu tenho um pouco medo disso, pois colocaram homens específicos como alvos e muitos estão sendo presos por nada, como desculpa ao assédio. A polícia não tem nenhuma sensibilidade, acho que as ONGs tinham que modificar a polícia primeiro”.

Seguindo esse fluxo de generalizações, em 2013 foi lançado o estudo das Nações Unidas¹⁰, documento esse que vem se tornando parte integrante dos discursos das ONGs no Cairo, com o objetivo de dar credibilidade as suas lutas como parte de um fluxo transnacional, como evidencia Mariam, ex-funcionária do Harassmap e atual pesquisadora do Conselho Nacional de Mulheres; “depois do estudo da ONU, com as 99% de mulheres assediadas, as coisas começaram a funcionar e a trabalhar nesse sentido. Para mim, a luta contra o assédio é toda construída em cima da outra, vamos reciclando informações que outras ONGs produziram”.

O relatório afirma que cerca de 99,3% das mulheres egípcias já haviam sofrido algum tipo de assédio, com um aumento das ocorrências em apenas seis anos, de 83% em 2008 para 95,3% em 2014. Em apenas um ano, de 2013 para 2014, saindo de 99,3% para 95,3%, fenômeno considerado alarmante, de acordo com o relatório.

¹⁰Este estudo faz parte do programa “Safer City” criado em 2013, pela organização ao redor do mundo, em que tem como objetivo realizar campanhas de conscientização nas ruas sobre o problema da segurança da mulher nas grandes cidades.

“Na revolução, os ataques começavam com um homem, mas outros se envolviam. Isso está relacionado com a ideia de que os homens são melhores que as mulheres e por isso podem fazer tudo, irem e voltarem para casa a hora que quiserem, mas a mulher deve ter regras e hora para chegar em casa. E no assédio isso é reproduzido, ela é entendida como pior que ele, e isso pode ser visto no estudo da ONU, com as estatísticas”.

(Voluntário Mahmood do grupo Deed Taharush, entrevista realizada em campo).

Para a autora Sally Engle Merry (2009a), cada vez mais as organizações não governamentais vêm incorporando o uso de medidas estatísticas, como uma forma de evidência dos fatos para o recebimento de financiamentos, com isso, cada vez mais se aproximam do mundo dos negócios, em que os doadores buscam indicadores de sucesso, com objetivo de obterem cada vez mais produtividade.

Segundo a autora, a utilização de dados numéricos produz um mundo objetivo, sem um detalhamento maior dos contextos históricos, funcionando como ferramentas de poder, na medida em que produzem dados inquestionáveis, transformando a realidade incoerente em dados que fazem sentido, ao mesmo tempo impessoais e universais. Os indicadores, são entendidos por ela, como uma forma de tecnologia de produção de poder, que permitem substituir julgamentos baseados em valores, em decisões racionais, baseados nos dados estatísticos, permitindo assim comparar situações que na prática são diversas, mas em termos numéricos comparáveis. Substituindo a ambiguidade pela certeza e a teoria pelo fato. Dessa forma, o processo político de julgar e avaliar é substituído pela técnica de medição e contagem (MERRY, 2009a).

As discussões das autoras brasileiras, Maria Barroso Hoffman (2008) e Ana Paula Mendes de Miranda (2006.; 2007.; 2010), se aproximam da análise de Sally Engle Merry, no que se refere as representações disseminadas pelas ONGs, através de dados numéricos/ indicadores e mapas. Hoffman (2008, p. 156) busca problematizar, o quanto as produções de representações gráficas, através de mapas e dados estatísticos, vêm se tornando ferramentas intensamente utilizadas hoje em dia pelas ONGs ao redor do mundo, e acabam funcionando como um instrumento de imaginação/representação de uma comunidade contínua com problemas homogêneos.

Miranda (2010), busca explicar como se dá a produção e o uso fetichista dos dados estatísticos através dos registros criminais, e como eles evidenciam determinadas agências e posições por trás de sua elaboração. Refletindo categorias e interpretações específicas da agência produtora da informação, traduzidas através de uma lógica jurídica, passando por inúmeras representações dos fatos.

A autora analisa como os registros das ocorrências criminais, são feitos por diferentes atores, que os classificam de diferentes maneiras, a partir de critérios subjetivos de julgamento. Esses dados acabam representando uma forma de realidade ou verdade, através de interpretações criadas em cima de outras representações, que tiveram como base histórias contadas (MIRANDA, 2010). A forma como a informação é disposta, através de dados quantitativos ou qualitativos, como as categorias são escolhidas e a sua devida publicação, são entendidos pela autora, como meios de produção de informações, que não reproduzem os discursos das vítimas, mas sim os interpretam de acordo com o “*modus operandi*” do sistema (2007).

Partindo da hipótese de que as “estatísticas não mentem, mas também não falam a verdade”, a autora problematiza a crença de que as cifras produziriam a verdade, mas que através da prática revela-se como uma construção feitas a partir de determinadas perspectivas, baseadas em critérios pessoais e subjetivos (visão policial, do delegado, funcionário do cartório, juiz, etc). Passando por estágios de categorias e interpretações provisórias, que refletem uma subjetivação no ato de tipificar, para uma categoria definida, visando a uniformização da classificação, como fazem as estatísticas (MIRANDA, 2007). As estatísticas não devem ser entendidas como saberes legítimos, mas sim linguagens produzidas por uma determinada agência, “refletindo formas de pensar no mundo” daqueles que estão autorizados a identificar e rotular os problemas sociais. Situação essa, que é entendida pela autora, como “processos unificados de mediações”, impondo assim determinados modos de ler os fenômenos sociais, os transformando em dados.

Os dados refletem a atuação de uma agência específica, informada pelo seu campo de atuação ou posição situada e as estatísticas são construídas a partir de determinados agenciamentos, passando a representar oficialmente certas realidades. Os dados, portanto, somente passariam a transformar as histórias contadas, em um retrato impessoal (MIRANDA, 2010).

Para a autora feminista Abu-Lughod (2009), os relatórios internacionais vão representar uma continuação dos projetos de empoderamento e salvação dessas mulheres árabes, não levando em consideração a história local de cada país. Colocam a culpa pelas desigualdades de gênero na cultura, vista de forma negativa, capaz de construir esteriótipos do que seria uma “cultura árabe” e ainda o “gênero feminino árabe”. Os relatórios internacionais, acabam reificando o Oriente Médio, como um todo

contínuo e ao mesmo tempo, trazem ideias de um feminismo ocidental, que por sua vez, só receberiam adesão da classe média, sem qualquer respaldo local.

O feminismo transnacional, chega no Oriente Médio com um legado colonial, segundo a autora, como uma “*westoxication*” (1998), na medida em que no local, não se identificam com o termo ocidental, ou com qualquer forma de imperialismo, que ele traria. A existência de um feminismo transnacional, muitas vezes deixa de gerenciar as diferenças culturais, correndo o risco de uma reificação de ícones culturais que nos parecem claros. Apesar disso, se desenvolvem localmente, através da produção de novas formas de interpretação, e adequação de maneiras diferentes a cada contexto. Para Abu-Lughod (2001), não é possível levar chaves binárias do ocidente para entender sociedades extremamente complexas, como as sociedades árabes.

Assim, o feminismo somente teria a capacidade de reproduzir a dicotomia entre nós e eles (AL-ALI, 2004). Para Abu-Lughod, Edward Said trouxe um modelo de justiça global, capaz de ser aplicado também às discussões feministas, e dessa forma, os discursos orientalistas e feministas poderiam ser aproximados, na medida em que esse feminismo muitas vezes, exotiza e coloca as mulheres muçulmanas e árabes, como vítimas passivas, em binarismos que não deixam espaços para o entendimento das práticas locais. Nesse sentido, para ela, haverá também no feminismo, uma obsessão ocidental em estudar outras sociedades a partir de nós mesmos, o que se mostrou bastante inadequado até então.

A ideia de um Feminismo Transnacional evidencia o perigo da cultura de reificação, nas tendências de afixar ícones culturais contínuos e homogêneos, e dessa forma tem sido usado a partir de linguagens liberatórias, polarizadoras e reducionistas, como um tipo de resistência às normas sociais, pensando a agência como unicamente buscada para uma autonomia política e moral do sujeito. Discussão essa que será problematizada por Saba Mahmood (2004), não sendo possível para ela, buscar esse tipo único de agência em diferentes contextos, mas sim ver formas alternativas de agenciamento, ao invés de tipificar formas fixas de resistências, naturalizando a liberdade como um ideal.

O Feminismo foi apropriado por discursos ocidentais sob a forma de uma linguagem de salvação, reforçando um senso de superioridade e arrogância ocidental (MAHMOOD, 2012). Ao analisar o movimento de mulheres nas mesquitas, a autora vai

mostrar experiências mais complexas, buscando entender as agências de forma localizada, como produtos históricos. Para que dessa forma, seja possível recuperar as “vozes perdidas” nas narrativas homogêneas do feminismo, com diferentes modos de agência que fogem a ideia de resistência e subversão do feminismo ocidental. Narrativas essas, que somente contribuíram para que o feminismo ficasse restrito a binarismos simplistas e salvação de mulheres “alienígenas” (MAHMOOD, 2012). Não é possível para a autora, pensar em suposições universais compartilhadas, mas sim formas de agência diferenciadas a cada contexto, não necessariamente sendo pensadas sempre como mudança, mas também como uma continuidade.

Maryln Strathern (2006), complementa as discussões de Abu-Lughod e Mahmood, afirmando que o feminismo acaba transpondo ideias que fazem parte de uma construção cultural, não sendo possível supor que diferentes sociedades lutem com os mesmos dados, e nem que categorias analíticas ocidentais sejam transportadas para entender outros contextos, por descontextualizar os fenômenos. Não se pode assumir assim, que diferentes contextos possam ser equivalentes, uma vez que os sistemas simbólicos somente são inteligíveis dentro de seus próprios termos.

Em uma discussão posterior, a intelectual e feminista Margot Badran (2016), retoma a discussão do feminismo, o associando a Revolução Egípcia. Ela vai explicar a luta dos movimentos civis contra o assédio sexual no Cairo, como uma luta de um feminismo contra as situações de injustiças; “a juventude guiou a revolução de 2011, clamando por liberdade e justiça, inscrevendo um novo feminismo. Redefiniu no Egito as palavras de democracia, igualdade, direitos, justiça e liberdade. O novo feminismo egípcio, poderia ser chamado somente de liberdade, igualdade e justiça para todos, é um feminismo embebido de Revolução. E o uso desse termo se mostra supérfluo, anacrônico e os atores revolucionários não o utilizam. O feminismo possui conceitos de explicação do poder, clamando pela igualdade e justiça para mulheres, como um grupo que sofreu historicamente a injustiça. Elas se organizaram, através de seus próprios movimentos feministas com configurações diferenciadas, em movimentos políticos e sociais”.

Paul Amar (2013.;2011), por sua vez irá problematizar as formas de representações racistas construídas pela mídia internacional dos “homens e mulheres egípcios”, durante a Revolução Egípcia de 2011. Momento em que foi disseminado visões orientalistas dos assédios sexuais na Praça Tahrir, colocando a culpa na “cultura

predatória”, de homens sexualmente incontroláveis, classificando-os como animais, “muçulmanos doidamente sexuados”, como se o homem árabe ou a cultura muçulmana fosse inerentemente predatória. Práticas discursivas estas, que tinham como objetivo construir o outro, como o homem desempregado de classes baixas, que colocaria a mulher da classe média em situações de perigo.

A autora Gayatri Spivak (1942), problematiza os discursos hegemônicos que vem sendo produzidos através de representações. A autora define dois tipos de representação, aquela em que determinados indivíduos buscam “falam por” e as que representam. Através de práticas discursivas, certos indivíduos julgam poder falar pelos outros, e retiram o agenciamento destes ao construírem narrativas homogêneas, quando a realidade se evidencia heterogênea. Os discursos de representação, ocultam a violência epistêmica e assimétrica dessa assimilação. Dessa forma, o discurso é entendido por ela, como formas de poder pelo processo de narrativização. Como no Egito, na Índia, “homens brancos buscavam salvar mulheres de pele escura, de homens de pele escura”.

O assédio sexual no Cairo, para Amar (2013) passou por um processo de securitização, em que determinadas representações de gênero eram produtos das lógicas de securitização, discurso que aos poucos será reapropriado pelos ONGs locais, que passarão a usar esse discurso para culpar o Estado pelas violências.

A ideia de securitização, segundo o autor, emergiu da Escola de Copenhague para Estudos da Paz por volta dos anos 90, e foi descrita como um “ato político de produzir representações de sujeitos políticos que justificassem as transformações sociais, econômicas e culturais que permitissem ocupações militares ou situações de emergências policiais” (AMAR, 2013). O autor vai analisar o conceito, a partir de uma perspectiva transnacional da disseminação das práticas de securitização, como doutrinas que se movem transnacionalmente e que são aos poucos apropriadas pelos movimentos civis localmente. Dessa forma, o movimento feminista transnacional irá se apropriar desses discursos para intensificar a cobrança da negligência estatal em oferecer ambientes seguros para os seus cidadãos.

Paul Amar, irá se apropriar de conceitos desenvolvidos anteriormente pela intelectual Islah Jad (2004), que buscava compreender a apropriação dos discursos das Nações Unidas pelas ONGs de mulheres árabes na Palestina, como um veículo de democratização. A autora procura analisar os processos pelos quais esses movimentos mantêm conexões com os seus próprios Estados e com outros, através da presença das

agências financiadoras, e que a partir de uma presença constante destes grupos locais em conferências internacionais, incorporariam ferramentas locais e globais, para a luta.

Amar utiliza o conceito de “*NGO-ization*”, desenvolvido por Jad (2004), para pensar o caso egípcio. Definido pela autora, como um processo que teria sido intensificado com o neoliberalismo, em que as ideias e valores transnacionais seriam, portanto, “enquadrados” localmente, na impossibilidade de resistirem à globalização. O autor desenvolve a partir destas ideias, o conceito “*NGO-ized*”, adjetivo utilizado por ele, para denominar as ONGs egípcias, que se aproximam do Estado ou são apropriadas pelas agendas estatais. Categorias essas que serão consequências da disseminação das ideias de securitização, que vem sendo aos poucos retraduzidas localmente pelas ONGs feministas no Egito (AMAR, 2013).

Os discursos de securitização foram disseminados também através da Resolução 1325 (2000), denominada “Women, Peace and Security” das Nações Unidas (AMAR, 2011). Nesse documento, é assegurado a inclusão da mulher em implementações humanitárias e militares, legalizando intervenções militares armadas, em casos de estupro, feminicídio, violência sexual em situações de conflito armado e em operações de manutenção da paz. Dessa forma, segundo o autor, a resolução vem sendo usada como uma ferramenta para justificar ocupações militares no intuito de “libertar mulheres” e os movimentos civis “ingenuamente” vêm reproduzindo este discurso internamente. Assim, aos poucos, os assédios sexuais, passam a ser priorizados nessas discussões, perante a negligência do Estado em assegurar a segurança humana.

Dessa forma, as concepções de Direitos Humanos, seriam utilizadas como novas formas de missionarismo humanitário, situando essa “Guerra ao terror” numa era de feminismos transnacionais (AMAR, 2011). Dessa forma, as ONGs cairenes de luta contra o assédio sexual passam a utilizar os discursos de securitização para justificar a explosiva indisciplina sexual, reapropriando os discursos em fluxo, pela mudança nas leis. Em conversa com Mohammed do grupo Deed Taharush, é possível perceber a reapropriação desses discursos pelos movimentos; “o assédio sempre foi usado como arma na mão das autoridades desde 2005, e foi usado nessa passeata, com o intuito de gerar medo. Estamos falando de mais de 200 pessoas assediando uma única. Não dá para dizer que todos fazem parte de um grupo. Não acho que seja somente político, mas faz parte de uma mentalidade social, educação, tudo está fora do lugar há muito tempo, em uma sociedade patriarcal e sexista.”

Cally Walker (2014), irá complementar a teoria de securitização dos assédios sexuais no Cairo, afirmando que o Estado Egípcio seria o grande responsável por reforçar a violência, por meio de uma intensa militarização das ruas, afetando as maneiras como as pessoas interagem no espaço, por uma maior intimidação dos indivíduos, o que se reflete nas relações de gênero. Dessa forma, o próprio Estado, se beneficia de artimanhas com os “mitos de perigo e insegurança” como objetivos políticos de manipulação contra o terrorismo, o que afeta a maneira como a sociabilidade é entendida pelos indivíduos e como o assédio sexual é negociado no ambiente público. Segundo a autora, são nos momentos dramáticos que essas ferramentas tem a sua utilização intensificada, reforçando uma maior militarização das ruas, através de uma intensificação de muros, portões e checkpoints em áreas estratégicas, como por exemplo Ministérios, órgãos governamentais e embaixadas.

ONGs Egípcias como “*Cultural Brokers*”

Considero de suma importância para a continuidade do debate da securitização, uma análise do conceito de mediação cultural/”*cultural brokers*”/”*brokerage*”, para pensar esses processos de adaptação de valores e ideias transnacionais de direitos femininos disseminados por meio de convenções das Nações Unidas, e a sua vernacularização¹¹ (MERRY, 2009) pelos movimentos civis egípcios de luta contra o assédio sexual no Cairo. Entendo, portanto, esses movimentos, como mediadores culturais das doutrinas transnacionais no Egito.

A figura do “*broker e do brokerage*” é clássica na história da antropologia, aparecendo nas discussões de descolonização e modernização nos anos 50 e 60 (LINDQUIST, 2015). O “*broker*” aparece com uma moralidade ambígua, alguém que cruza as fronteiras, possuindo uma lealdade questionável. Aparece ora como um mediador ora como intermediário, como aquele que conecta as entidades, tendo ambas as noções em mente, ora como um agente, ora como um mero transportador (CONTRERAS, 2005).

O conceito foi trazido pela primeira vez por Eric Wolf em 1956, em seu artigo “Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico”. O autor conecta o estudo de comunidades locais à sistemas mais amplos, trazendo a ideia de que a antropologia

¹¹ A vernacularização é entendida por Sally Engle Merry (2009), como um processo de enquadramento das doutrinas de Direitos Humanos nos termos locais, adaptando ideias de um determinado contexto para outros. Entendido como uma forma de transformação de um direito global em prática local.

deveria olhar nas conexões para além das comunidades, ao invés de isolá-las como entidades, mas sim colocando-as em contatos com redes (“*web of connecting relationships*”) mais amplas (CONTRERAS, 2005). Dessa forma, categorias sociais particulares serviriam de conexão/mediação entre a localidade e o âmbito nacional.

Eric Wolf (1956), analisa como a nação mexicana após a Revolução de 1910, passa para as mãos de indivíduos de comunidades locais, que puderam estabelecer conexões com os níveis nacionais, servindo como “*brokers*” entre a nação e as comunidades, conectando-as a um sistema maior. Indivíduos esses, que trabalham com formas culturais complexas e diferenciadas de cultura para cultura. Determinadas pessoas de comunidades rurais acabam alcançando cargos burocráticos administrativos e políticos, com a revolução no México, assumindo uma forma de especialização que os coloca como pessoas diferentes das comunidades locais, devido ao seu novo papel e status adquirido, sendo entendido pelo autor, como alguém que possui uma identidade “*in between*” (CONTRERAS, 2005).

Wolf define o “*broker*” como aquele que “mantém a guarda nos momentos cruciais de conjunturas ou dos relacionamentos sinapses, onde conecta o sistema local a um todo maior” (CONTRERAS, 2005, p. 24). São grupos de pessoas que fazem a mediação entre a comunidade local e a nação, e que operam através das instituições nacionais (LINDQUIST, 2015). Por servirem ao interesse de dois grupos, e ao mediar as relações, são considerados por Wolf como as zonas neutras entre os grupos em situações de tensões. A presença do “*broker*” não evita tensões pelo encontro de diferentes culturas, mas diminui a intensidade ou até mesmo a sua eliminação (CONTRERAS, 2005, p. 41). O conflito é entendido por ele, como algo que produz a dinâmica da ação (WOLF, 1956).

O trabalho de Wolf teve continuidade pela discussão de outros autores posteriormente (GEERTZ, 1960.; SILVERMAN, 1965.; PRESS, 1969.; LOEFFLER, 1971.; PAINE, 1971).

Silverman (1965), conduz o seu estudo na Itália e examina as relações patrões-clientes, entendendo esses últimos como representantes da autoridade embebidas em instituições externas às comunidades. Entendendo a figura do patrão como uma forma de mediação entre a localidade e o sistema social externo (CONTRERAS, 2005, p. 29).

A autora vai distinguir a figura do mediador, e daquele que somente mantém o contato com outros locais, afirmando assim, que os mediadores não somente mantêm a conexão, mas também geram a ação e possibilidade de trazerem uma mudança social

pela representação. A ideia de mediador para ela, terá uma maior flexibilidade, permitindo uma variação em sua configuração.

Clifford Geertz (1960), por sua vez, introduz a ideia do Kijaji, um líder local muçulmano javanês, na Indonésia, líder religioso entendido como um mediador entre a lei e a doutrina. O Kijaji cria pontes e conecta as vilas a uma cultura internacional, atuando como um “*broker*” das civilizações islâmicas. Indivíduo capaz de conectar dois papéis e promover a união do local ao nacional, por meio de relações translocais, conectando a sua comunidade ao mundo muçulmano via peregrinações à Meca (forma de islã centralizado, que seria comunicado às localidades através da figura dos líderes peregrinos). Criando uma rede de comunicação entre um islã autêntico e as pequenas vilas indonésias. Determinando a ortodoxia e a heterodoxia das práticas locais em termos da Lei Corânica e ao mesmo tempo, adaptando as formas abstratas e universais de forma flexível às realidades práticas das vilas na Indonésia (GEERTZ, 1960).

Por volta dos anos 70, o conceito de “*broker*” praticamente desaparece, apesar de alguns autores o retomarem esporadicamente, como Loeffler (1971), que cria o conceito de “tipo representativo”, para pensar a figura do mediador no contexto iraniano, pela figura do camponês Mahmud, que ao lutar pelos direitos das comunidades em detrimento da autoridade nacional do Khan, torna-se um mediador por meio de sua responsabilidade moral e ética com sua comunidade.

O conceito de “*broker*” será também problematizado nas análises franceses, em Michel Vovelle (1978), através do conceito de “*intermédiaire culturel*”, entendido pelo autor como “um agente de difusão vertical, de alto a baixo, de um saber ou ideologia dominante” (GUILBERT, 1994). O conceito aparece em Vovelle de duas formas: se refere a um papel, função ou status de um ator social ou como uma marca de estratificação e hierarquização de classe social definida por um poder.

Vovelle (1978) analise o “*intermédiaire culturel*” de maneira dinâmica, como um ideal típico que coloca em relação, a cultura da elite à cultura popular, como um agente de circulação, nunca ocupando um único lugar, nem mesmo uma função única, mas sim posições e funções variáveis (SÉGUY, 1982).

A partir da definição de Vovelle, Lucille Guilbert (1994), diferencia a nação de mediador de intermediário, ambos funcionando ao mesmo tempo e indispensáveis as culturas. O mediador é entendido por ela como alguém que possui a consciência de si e dos outros como sujeitos, da sua própria cultura e da cultura dos outros, é aquele que se coloca no interstício das culturas, como um sujeito descentralizado. Enquanto o

intermediário se mantém numa posição hierárquica entre as culturas e oficial da cultura majoritária. Segundo a autora, para que o intermediário se torne um mediador, ele precisa se distanciar de sua própria cultura e de seu papel, e que aceite uma adaptação contínua aos diferentes ambientes.

As discussões de mediação serão apropriadas posteriormente, por intelectuais que irão estudar os processos de globalização, no intuito de analisar realidades e culturas heterogêneas. Ulf Hannerz (1987), vai introduzir o conceito de “*creolization*” e posteriormente hibridez (HANNERZ, 1997), para entender a globalização como uma mistura cultural criativa e rica em expressão, ao invés de buscar explicações homogêneas e puras das culturas. Colocando o conceito de mosaico cultural trazido pela combinação da diversidade, que seria usado por ele para pensar a interconexão de várias localidades. Entendendo as culturas como um *continuum*, um fluxo cultural. A hidridez será entendida por Hannerz (1997), como zonas de confluência cultural cheias de vida, marcada por vitalidades e criatividades.

O autor vai afirmar, que as culturas nacionais são partes de um sistema maior, em que os centros e as periferias estão conectadas em um fluxo. Dessa forma, as culturas não precisariam ser homogêneas ou coerentes e, portanto, não haveria uma replicação da uniformidade, mas sim um sistema distributivo de significados, culturas dependentes de um fluxo comunicativo, em um compartilhamento cultural. Dessa forma, as culturas estariam em processos. A metáfora da criolização é usada pelo autor, para pensar as culturas como partes de um mundo variável em movimento e mistura. Assim, a diversidade cultural estaria relacionada a uma interconexão, ao invés de autonomia e os significados surgiriam a partir das interações. Pela creolização, formas culturais iriam surgir, como resultantes de um compartilhamento. Dessa forma a relação centro-periferia seria quebrada, pelo conceito de creolização, uma vez que não haveria somente um centro, mas sim vários, fontes da vitalidade cultural (HANNERZ, 1987).

Na obra “*Cultural Complexity*”, Ulf Hannerz (1992), entende as zonas intersticiais como locais que permitem o surgimento de diferentes tipos de intermediários, podendo construir pontes, na medida em que são entendidos como tradutores, revisores, criando redes de conexão entre os significantes e as formas práticas de significados, pela mediação. São esses, capazes de reformular um complexo de significados em termos familiares.

Patrick D. Gaffney (1994), assim como Geertz (1960), vai analisar a figura do líder religioso Shaykh Uthman como um articulador de símbolos locais e religiosos

inspirados na modernidade. Indivíduo reconhecido por sua autoridade e capacidade de renovação do islã frente ao mundo moderno, o readaptando e ao mesmo tempo preservando a tradição. Mediando a relação entre a geração dos pais dos crentes e a dos filhos, produzindo uma síntese criativa de um liberalismo secular e islâmico pela manipulação de símbolos abstratos da religião islâmica às circunstâncias locais e contemporâneas. Se colocando segundo o autor, como um membro “*in and out*” do islã e da comunidade local.

Roland Robertson (1995), dará continuidade a discussão de Ulf Hannerz (1987), propondo pensar o conceito de “glocalização”, como uma interpenetração entre o global e o local, enfatizando a ideia de heterogeneidades ou descontinuidades globais, como o hibridismo ou creolização de Hannerz (RITZER, 2003).

O conceito de glocalização; ou a interrelação entre o local e o glocal; foi desenvolvido pelo autor a partir da palavra japonesa “*dochakuku*”, que tem como significado viver na terra de alguém, e capacidade de adaptação de técnicas agrícolas em condições adversas. A partir dessa análise, o autor irá afirmar que o local é sempre a parte fundamental do global, lugarl em que ambos são imaginados e praticados (LAU, 1999). O termo glocal ou glocalização, segundo Robertson (1995, p. 28), aos poucos passou a ser usado no jargão dos negócios nos anos 80, como uma forma de adaptação dos negócios às diferentes localidades.

O autor afirma que optou pelo uso do termo glocalização, com o objetivo de fugir de dicotomias e polaridades entre o local e o global, como se as formas locais fossem homogêneas e incapazes de se adaptarem as tendências globalizantes. Ao contrário, o autor busca trazer um aspecto dinâmico pela produção e reprodução das diferenças nas localidades. Por conta disso, prefere substituir o termo globalização por glocalização, conceito que permite analisar as formas de produção dessas localidades heterogêneas, em um mundo cada vez mais interconectado, onde as localidades são produzidas em termos globais, ambas as definições vistas como relativas. Com o conceito de glocalização, ele busca desconstruir a polaridade entre homogeneidade e heterogeneidade, entendendo o global e o local como complementares, permitindo que a globalização tome formas locais próprias a cada contexto (ROBERTSON, 1995, p. 41).

Aos poucos o conceito de “*broker*” vem sendo retomado nas análises acadêmicas, para pensar o surgimento de Organizações Não-Governamentais (ONGs), em um contexto de ativismo transnacional (LINDQUIST, 2015).

Para o autor Johan Lindquist (2015), o conceito de “*broker*” deve ser aprimorado sob a luz de outros conceitos, como mediadores e intermediários. O conceito de “*broker*”, para ele, é capaz de iluminar contextos e processos maiores de uma posição particular da mediação, permitindo se mover de uma conceituação estática do relacionamento entre o local e o nacional, para entender escalas maiores.

Os autores David Mosse e David Lewis (2006), vão dedicar as suas análises ao estudo das ONGs como mediadores culturais entre sistemas diferenciados, associando os conceitos criados por Bruno Latour¹², da diferenciação entre mediadores e intermediários, da Teoria do Ator-Rede (TAR ou ANT) (LINDQUIST, 2015). Vão procurar pensar as ONGs não somente como mediadoras entre os financiamentos internacionais e os receptores, mas também como tradutores de interesses, conceitos e práticas. Procurando entender como formas particulares de significados, serão transportadas nesses processos. Introduzem a problematização do conceito de mediador a partir de uma discussão sobre a ética, pelo agenciamento dessas entidades. Dessa forma, as ONGs não seriam somente intermediárias, aquelas que somente transportam a informação, sem qualquer transformação, mas sim mediadoras, aqueles que traduzem, distorcem e modificam os significados a partir de elementos que eles carregam (LINDQUIST, 2015).

As pessoas se tornam sujeitos das doutrinas de desenvolvimento global e de políticas internacionais, que não simplesmente chegam, mas são produzidas por atores intermediários, que traduzem a política global abstrata, de acordo com os seus interesses e valores. Atores, que são ao mesmo tempo agentes e sujeitos da política global racionalizada (MOOSE & LEWIS, 2005).

A autora Sally Engle Merry em diversos trabalhos (2001.; 2003.; 2006a, 2006b.; 2006c.; 2009a e 2009b), direciona a discussão da mediação cultural das organizações não governamentais através da luta contra a violência de gênero, cujos valores são remoldurados através da “vernacularização” ou adaptação da Convenção para a Eliminação da Violência contra a Mulher (CEDAW). A autora procura analisar como os

¹² Bruno Latour (2012), faz uma crítica a forma como a ciência se construiu em “Reagregando o social”, separando as coisas e os sujeitos dos objetos. O autor desenvolve a Teoria Ator-Rede, com o objetivo de religar as relações entre sujeitos e objetos, colocando a agência distribuída em toda a rede, não somente em um deles. Dessa forma, todos seriam atores, correspondendo a mediadores (aqueles com maior agência, ao transportarem e traduzirem o significado transportado), e os intermediários (aqueles que funcionam como canais ou meios, não possuem competência original, apenas transportam).

conceitos de violência de gênero são mobilizados e reconceitualizados na prática (MERRY, 2003).

Os âmbitos globais são entendidos por ela como bricolagens de ideias e questões trazidas por atores nacionais. As ONGs são entendidas como intermediárias, na medida em que se apropriam, traduzem os discursos internacionais no vernacular. Assim, as histórias locais são emolduradas dentro de uma linguagem ao mesmo tempo local e internacional dos direitos humanos. Por meio de uma localização do conhecimento transnacional, através da figura das ONGs como “*key players*”, indivíduos que navegam em dois mundos diferentes. Os intermediários são definidos pela autora como aqueles que traduzem as ideias globais em situações locais e retraduzem as ideias locais em uma estrutura global. São indivíduos, que possuem um papel crítico, através de uma constante bricolagem de elementos de vários locais (MERRY, 2006c).

Os vernacularizadores/intermediários/ “*knowledge broker*” (MERRY, 2006b), são pessoas “*in between*”, que ocupam locais de fronteiras, capazes de conversar com ambos os lados, estando em uma situação de poder e ao mesmo tempo vulnerabilidade, pelo fato de conhecer ambos os lados. Nesse sentido, são indivíduos suspeitos e pouco dignos de confiança, por buscarem adequar ideias localmente, para que se pareçam modernas e sejam mais atrativas (MERRY, 2009a). Dessa forma, as ideias são construídas a partir de um diálogo e adaptação ao invés de imposição (MERRY, 2006).

A vernacularização foi desenvolvida no século dezenove para explicar processos pelos quais as línguas nacionais na Europa foram separadas, movendo-se pelo uso transnacional do latim, criando uma nova concepção na noção de cidadão europeu (MERRY, 2006b). A autora se apropria dessa explicação, para pensar os direitos humanos como uma linguagem extraída de formas universais e adaptadas a comunidades locais, tornando-as nativas (“*indigenized*”). Dessa forma, os direitos humanos são refeitos no vernacular.

A vernacularização é entendida como uma forma de apropriação e negociação local, através de conceitos que são conectados as localidades, apesar de reterem formulações originais. Como um processo de junção de moléculas, que se agrupam por similaridade, produzindo uma nova estrutura, retendo elementos novos e antigos. Na vernacularização as ideias e práticas de um grupo, são apresentadas a um outro, adaptando-as, remoldurando-as de forma criativa de acordo com os seus interesses. Para que a vernacularização ocorra é preciso que as ideias sejam “*framed*” (emolduradas coletivamente), e os atores precisam interpretá-las de maneiras diferentes, para que

façam sentido nas ideias pré-existentes. Evidenciando que são nesses processos de apropriação, que as ideias são criativamente redesenhadas (MERRY, 2009a).

O processo de apropriação será diferente a cada contexto, buscando assim quebrar as dicotomias entre local e global, da mesma forma como os autores que problematizam a questão da mediação vêm fazendo nas análises acadêmicas. A autora, procura ver a cultura aberta para as mudanças em um processo dinâmico, através da metáfora de diferenciação entre “ser uma pedra ou um rio” (MERRY, 2001.; 2006a.; 2003).

Para o entendimento do conceito de vernacularização, os processos de replicação e hibridização são essenciais. Na replicação as ideias do “protótipo transnacional” permanecem sem alteração, mas os entendimentos culturais locais irão moldá-las, permanecendo determinados conteúdos, enquanto outros são retirados. A adaptação é superficial e meramente decorativa (entendo-o como um mero intermediário). Pela hibridização, símbolos locais mesclam-se aos internacionais e pela vernacularização, tomam formas interativas, dando origem a resultados híbridos, através da atuação do tradutor (entendo-o como um mediador), que ao traduzir, caminhará por uma fina linha, quase invisível pelo seu agenciamento, escolhendo ora uma replicação ora uma hibridização. Portanto, o processo de vernacularização, está intimamente ligada aos interesses do tradutor e as suas práticas discursivas de representação (MERRY, 2006).

Dessa forma, para ela, os termos, global e local possuem descontinuidades. Nessa transplantação, os conceitos de apropriação e tradução são importantes, na medida em que os ativistas se apropriam de programas idealizados em outros locais e são inseridos “em casa”, e ao mesmo tempo são traduzidos, para que a sua retórica seja ajustada e faça sentido as circunstâncias locais. Apesar disso, nunca são completamente “*indigenized*”, ao reterem formas específicas de igualdade, justiça e direitos individuais (MERRY, 2006c).

Maria Barroso Hoffman (2008), analisa o processo de agenciamento de ONGs transnacionais sobre a questão indígena, cujos formatos de representação passam a ser internacionalmente reconhecidos, forjando simetrias, quando na verdade, refletem interesses e um novo tipo de tutela. Segundo a autora, são processos que replicam mecanismos de homogeneização, e que através das gramáticas empregadas colocam em segundo plano as práticas discursivas de representação do outro e as assimetrias de poder existentes, através da atuação de atores localizados em posições hegemônicas, cujos interesses extrapolam as fronteiras nacionais (HOFFMAN, 2008, p 47).

Através da utilização de um vocabulário comum e práticas pedagógicas transnacionais, são criadas relações entre doadores e receptores, que não deixam de ser assimétricas, apesar de um sentimento de compartilhamento da luta e um projeto político comum, que produz um sentimento de simetria. A autora problematiza o fato das ONGs buscarem formas de representações fora da estrutura do Estado, através do instrumento de imaginação e invenção do problema local, produzindo um discurso legítimo, porém não deixando de ser assimétrico (HOFFMAN, 2008, p. 242).

O compromisso moral do “antropólogo – agente”

De acordo com Sally Engle Merry (2006), o antropólogo que estuda os “sistemas de Direitos Humanos”, vivencia um processo de embate constante, na medida em que o seu objeto de estudo é um “fenômeno sem lugar”, parte de fluxos e correntes globais. Nesse sentido, o antropólogo ao fazer uma etnografia de processos marcados pela globalização, como o assédio sexual, fará, portanto, uma “etnografia desterritorializada”, ficando no meio dessa corrente de discursos locais. Não sendo possível entender, todos os seus processos de chegada até a sua incorporação local, nem identificar onde as suas fronteiras começariam para que a do outro se iniciasse. Assim, o antropólogo se torna um agente e mediador dessa troca transnacional, não sendo possível uma não atuação do mesmo, na medida em que “ele próprio trabalha com visões transnacionais, como mediador de valores”.

Assim, considero importante a problematização de um antropólogo dentro de uma ONG, no que diz respeito a sua neutralidade pregada pela disciplina antropológica. Assim, busco problematizar os limites de uma antropologia fora da academia e pensar as ONGs como os novos lugares possíveis do antropólogo ocupar (BONETTI, 2004).

A separação entre o antropólogo acadêmico e o profissional atuante possui fronteiras turvas, na medida em que as fronteiras até então criadas entre o antropólogo questionador e o antropólogo moral, vêm sendo rompidas. A circulação em amplos domínios, permite um reinventar do “fazer antropológico”, perante novos problemas e questões para se pensar o objeto (BONETTI, 2004).

Na medida em que a subjetividade é parte de uma consciência cultural e histórica, onde as formações culturais moldam as identidades, o conceito de agência surge como uma possibilidade de questionando dessa atuação do pesquisador. A agência traz a ideia de que o sujeito parcialmente internaliza e reflete sobre as circunstâncias em que se encontra.

As relações entre as práticas acadêmicas e políticas do antropólogo tem sido mostrada na disciplina em polos opostos e evidenciadas como problemáticas, na medida em que o pesquisador deixa de ser observador para virar um ator social e político. Nesse sentido, procuro problematizar a existência de uma “antropologia extramuros” e quais seriam os seus limites.

Procuro observar as várias maneiras de estar em um lado e do outro, sem que sejam excludentes, uma vez que o antropólogo antes de tudo, carrega valores morais consigo e assim, até mesmo uma atividade pouco engajada, representaria um engajamento. O antropólogo atuaria, como um tradutor cultural e mediador de mundos diferentes, sem que o rigor científico atrapalhe o compromisso político, sendo possível, portanto pensar em um comprometimento duplo (HEREDIA, 2008).

Novos problemas e dilemas éticos se antepuseram ao fazer antropológico e nesse sentido, a discussão de como agir quando o antropólogo vivencia a violência estudada, se tornou um problema na disciplina. Na medida em que o antropólogo não pode se calar, assim como não pode somente se restringir a apenas registrar a cultura, sem qualquer envolvimento pessoal ou moral, por ocupar ao mesmo tempo a posição de agente, mediador e pesquisador (ZALUAR, 2009).

Procuro problematizar o fato de se relativizar uma determinada cultura, quando certos atos são vistos como moralmente inaceitáveis aos olhos do antropólogo. Na medida em que as sociedades estão cada vez mais híbridas¹³ e ao mesmo tempo, os direitos humanos estariam em fluxo, qual seria a posição que o antropólogo, portanto deveria tomar? Como enfrentar esses direitos humanos que surgem como um “humanismo imperial” e um nova forma de cultura universal?

A posição do antropólogo no estudo da violência, se evidencia cada vez mais, como alguém que deve tomar um lugar e se engajar moralmente, questionando assim até que ponto ele pode ser apenas participante observador. Ao mesmo tempo, os antropólogos tomados pelos seus relativismos, vêm ignorando determinadas questões, tratando-as apenas como objetos de pesquisa, evitando uma responsabilidade social ou política (BOURGOIS, 1990).

¹³ Ulf Hannerz utiliza o conceito de “híbridos”, em seu artigo “Fluxos, Fronteiras e Híbridos” (1997), para se pensar as descontinuidades, em limites com fronteiras fluidas sendo construídos ao longo do tempo, na medida em que a cultura se encontra em fluxo. Portanto, “a hibridez, colagem, mélange, miscelânea, montagem, sinergia, bricolagem, criolização, mestiçagem, miscigenação, sincretismo seriam uma constante.

Essas discussões fluem de maneira criativa em etnografias em locais de perigo (ZALUAR, 2009), pois o fato de “ser de cá e de lá”, são tensões que nunca se desfazem para o pesquisador. Ele seria uma ponte mediadora entre dois mundos, vivendo em uma constante marginalidade, não pertencendo nem a uma ou outra cultura. Estaria sempre de passagem, juntando mundos invisíveis, com o intuito de diminuir a “cegueira cultural ou a arrogância étnica” que os separam pelas diferenças (ZALUAR, 2009).

Porém essa liminaridade¹⁴ vivenciada pelo pesquisador cria problemas éticos e morais para a pessoa do pesquisador, na medida em que ele será testado e observado pelos nativos, assim como as hipóteses e, portanto, ele irá tentar o tempo todo manter a simetria entre ser pesquisador e pesquisado. Esse afastamento vivenciado por ele, não deve ser somente duplo, mas também triplo, na medida em que em locais de perigo, ele deve deixar claro que não é um investigador ou espião (ZALUAR, 2009).

Considerações Finais

Entendo o discurso produzido pelas Organizações Não-Governamentais contra o assédio sexual no Cairo, como parte de um fluxo mais amplo de construção e redefinição de uma gramática cultural de direitos humanos, construídos perante à burocracia estatal, às convenções internacionais e as situações de violência políticas vivenciadas pelo país, que produzem novas configurações sócio-culturais.

A luta contra o assédio sexual no Cairo, também faz parte de uma luta feminista transnacional de combate à violência contra a mulher, que se encontra em fluxo e se dissipa ao redor do mundo, a partir de eventos produzidos pela Nações Unidas, em destaque nesse trabalho, a Convenção para a Eliminação da Violência contra a Mulher – CEDAW, adotada em 1979. O Egito é signatário do documento, tendo assinado em 1980 e ratificado em 1981, comprometido a incorporar suas diretrizes nas leis.

Os discursos de Direitos Humanos disseminados por essa convenção, trabalham com uma ideia de cultura própria e reificada e leis que acabam funcionando como um “sistema cultural”, que tem como objetivo substituir as tradições culturais em ideias modernas, pautadas na igualdade de gênero (MERRY, 2006). Ideias essas que são transmitidas via conferências internacionais, permitindo um fluxo de informações e readaptadas pelos mediadores locais, ativistas das ONGs e membros das elites locais,

¹⁴ O conceito de “liminaridade” é utilizado por Victor Turner (2008), para falar de momentos de passagem de um estado ou posição para outro, sendo considerado uma posição de “não estar lá nem cá”, “*betwixt and between*”. É um local de criatividade, pela quantidade de símbolos presentes, além disso é um período de maior proximidade entre os indivíduos.

que por meio de seu “capital cultural¹⁵” diferenciado, e através de suas trajetórias acadêmicas e viagens internacionais, acabam adquirindo essa “gramática de direitos humanos” desse “*consensus building*” e incorporando localmente, como um mecanismo de distinção¹⁶.

Ao mesmo tempo, o papel ocupado pelo antropólogo em etnografias sobre direitos humanos e violência são de extrema importância para se pensar a agência que o intelectual manipula em campo. O agenciamento do antropólogo, assim como a vivência da violência em seu corpo e o seu trabalho de campo não possuem linhas divisórias e se misturam o tempo todo, não sendo possível separar as duas posições. O pesquisador coloca as suas próprias visões nas situações vivenciadas em campo (OLIVEIRA 2002). Evidenciando a impossibilidade de se buscar uma neutralidade. Dessa forma, não precisamos ser apolíticos em nome da “ética antropológica da neutralidade”, uma vez que não podemos colocar questões éticas da disciplina como mais importantes que a violência vivenciada (BOURGOIS, 1990).

No que se refere aos Direitos Humanos e a sua vernacularização, considero necessária ainda, a construção de uma versão multicultural dos direitos humanos, por uma “hermenêutica diatópica” (SOUSA, 2001), permitindo assim um diálogo intercultural de direitos, entendendo as culturas como incompletas e em diálogo perene, a partir de uma incompletude mútua. Para tanto, os direitos humanos precisam ser pensados como incompletos, construindo-se a partir de uma “conversação transcultural” (SEGATTO, 2006), em que cada povo esteja disposto a olhar o outro, e que mostrem mutuamente as debilidades e carências de cada um.

Referências Bibliográficas

AMAR, P. Middle East Masculinities Studies Discourses of Men in Crisis: Industries of Gender in Revolution, *Journal for Middle East Studies*, 2011.

¹⁵ O termo capital cultural é utilizado por Bourdieu (1989), como saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos, já o capital simbólico, será adquirido pelo prestígio e/ou honra. Compreendidos como um sistema de disposições dados pela cultura (nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras, denominado por ele habitus, como dispositivos inconscientemente incorporados).

¹⁶ O termo distinção é usado por Bourdieu (2007), para evidenciar uma lógica intrínseca aos gostos e preferências culturais é aquela submetida à lógica interna de cada campo tomado numa relação simbólica. Diferença criada entre os habitus de classes, entre os estilos de vida que estão na base da distinção, e que são analisados a partir das práticas culturais e de consumos culturais. Faz parte de uma violência simbólica não perceptível assim como habitus incorporados inconscientemente.

_____. Turning the Gendered Politics of the Security State Inside Out? *International Feminist Journal of Politics*, 2013.

ABDELRAHMAN, M.; M. Civil Society exposed. The politics of NGOs in Egypt. American University Press, 2004.

ABU-LUGHOD, L. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros, 2001.

_____. Dialects of Women's Empowerment: The International Circuitry of The Arab Human Development Report 2005, *IJMES*, 2009.

AL-ALI, N. Secularism, Gender and the State in the Middle East. The Egyptian Women's Movement. Cambridge University Press, 2004.

ALI, F.; A & MACHARIA, H.; M. Women, Youth, and the Egyptian Arab Spring. *Peace Review*, 2013.

BAYAT, A. Un-Civil Society: The Politics of the 'Informal People'. *Third World Quarterly*, 1997.

BONETTI, A. A Ong e a Antropóloga - Da Experiência Etnográfica À Experiência Profissional, 2004.

CONTRERAS, R.; B. Promotoras of the U.S.-Mexico border: An ethnographic study of culture brokerage, agency, and community development. Tese de Doutorado. University of South Florida, 2005.

ECWR. Clouds in Egypt Sky – Sexual Harassment: from verbal harassment to rape”, 2008.

GAFFNEY, P.; D. The Prophet's Pulpit Islamic Preaching in Contemporary Egypt. University of California Press, 1994.

GEERTZ, C. The Javanese Kijaji: The Changing Role of a Cultural Broker. Cambridge University Press, 1960.

GUILBERT, L. Intermédiaire culturel et médiateur de cultures: évolution des rôles et des attitudes dans la société Québécoise. *Revue internationale d'action communautaire*, 1994.

HANNERZ, U. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave Da Antropologia Transnacional. *Revista Mana*, 1997.

_____. The World in creolization. *JIAI*, 1987.

HEREDIA, B.; M.; A. Um Antropólogo numa ONG. Algumas reflexões sobre Prática Acadêmica p Prática Política. *Revista de Ciências Sociais*, 2008.

ILAH, N. You Gotta Fight for your Right: Street Harassment and its relationship to gendered violence, Civil Society and Gendered Negotiations (Dissertação de mestrado). American University, 2009.

JAD, I. The NGO-isation of Arab Women's Movements, 2004.

LANGOHR, V. MERIP. Acesso em: 10/ 06/2014. Disponível em: [http:// www.merip.org/mero/ mero070714](http://www.merip.org/mero/mero070714).

LAU, K.; J. Folklore and Theories of Globalization, 1999.

LINDQUIST, J. Brokers and Brokerage, Anthropology of.” In International Encyclopedia of Social and Behavioral Science, 2nd edition. Amsterdam: Elsevier, 2015.

MERRY, S.; E. Constructing a Global Law-Violence against Women and the Human Rights System. Law & Social Inquiry, 2003.

_____. Human Rights And Transnational Culture: Regulating Gender Violence Through Global Law. Osgoode Hall Law Journal, 2006.

_____. Human Rights & gender Violence. Translating International Law into Local Justice. The University of Chicago Press, 2006.

_____. Measuring the World: Indicators, Human Rights, and Global Governance. American Society of International Law, 2009.

_____. Rights, Religion, and Community: Approaches to Violence against Women in the Context of Globalization. Law & Society Review, 2001.

MERRY, S.; E & LEVITT, P. Vernacularization on the ground: local uses of global women's rights in Peru, China, India and the United States. Blackwell Publishing Ltd & Global Networks Partnership, 2009.

MAHMOOD, S. Politics of Piety. Princeton University Press, 2004.

_____. Religious Freedom, the Minority Question, and Geopolitics in the Middle East. Comparative Studies in Society and History, 2012.

MIRANDA, A.; P.; M. Análise comparada (Rio de Janeiro e Buenos Aires) das políticas de produção de registros estatísticos criminais. ANPOCS, 2007.

_____. Avaliação Do Trabalho Policial Nos Registros de Ocorrência e nos Inquéritos Referentes a Homicídios Dolosos Consumados em Áreas de Delegacias Legais. SENASP, 2006.

MIRANDA, A.; P.; M. & PITA, M.; V. Rotinas Burocráticas E Linguagens do Estado: Políticas de Registros Estatísticos Criminais sobre Mortes Violentas no Rio De Janeiro e em Buenos Aires. Revista Sociologia Política, 2011.

MOOSE, D & LEWIS, D. The Aid Effect Giving and Governing in International Development. Pluto Press, 2005.

HOFFMAN, M.; B. Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Tese de Doutorado. UFRJ, 2008.

RITZER, G. Rethinking Globalization: Glocalization/Grobalization and Something/Nothing. American Sociological Association, 2003.

ROBERTSON, R. Glocalization: Time-Space and Homogeneity – Heterogeneity, 1995.

OLIVEIRA, L.; R.; C. Direito Legal e Insulto Moral - Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ONU FEMMES. Répondre à la violence sexuelle en temps de conflit Inventaire analytique des Pratiques de maintien de la paix, 2012.

PEOPLES, F.; M. Street Harassment in Cairo: A Symptom of Disintegrating Social Structures, 2011.

SLENES, R.; F. Na linha da frente: violência e direitos humanos no trabalho de ativistas marroquinas de direito da mulher. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014b.

_____. Negociação de Sentidos: Violência e Direitos da Mulher na Prática de ONGs em Marrocos. Dissertação de Mestrado UNICAMP, 2014a.

SPIVAK, G. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

STRATHERN, M. O gênero da dádiva. Editora UNICAMP, 2006.

SANTOS, D.; B.; S & GRAVITO, C.; A.; R. Law and Globalization from Below. Cambridge University Press, 2001.

SEGATTO, R.; L. Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e Ética no Movimento de Expansão dos Direitos Universais. Revista Mana, 2006.

TARROW, S. Power in Movement, Cambridge university Press, 1994.

_____. TRANSNATIONAL POLITICS: Contention and Institutions in International Politics. Annual Review of Political Science, 2001.

VOVELLE, M. Les intermédiaires culturels: une problématique. Colloque du Centre méridional d'histoire sociale des mentalités et des cultures, 1978.

WALKER, C. Power Politics and Sexual harassment in downtown Cairo. Dissertação de Mestrado. Universidade Americana do Cairo, 2014.

SEGUY, J. Archives de sciences sociales des religions. EHESS, 1982.

WOLF, E. R. Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico. American Anthropologist, 1956.

ZALUAR, A. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. Revista Mana, 2009.